

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS PROFISSIONAIS**

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e Relatório dos Auditores Independentes

www.sgsauditores.com.br



comunicacao@sgsauditores.com.br







Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D Sala 608 e 109, 05319-000 Av. Marquês de São Vicente, 446 - Torre A Sala 801, 01139-000

Instituto Homem Pantaneiro

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 23



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Corumbá - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



01139-000 - São Paulo - SP - Brasil



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior



do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2025.





Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais R\$

ATIVO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		384	15
Bancos – sem restrição		1.401.001	3.185
Bancos - com restrição		289.785	90.019
Reserva operacional – sem restrição	4	3.506.651	680.733
Reserva de projetos – com restrição	5	488.990	1.440.958
Fundo de sustentabilidade – sem restrição	6	-	8.795
Créditos a receber	7	385.884	136.844
Total do Circulante	_	6.072.695	2.360.550
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	1.891.419	1.617.248
Intangível	9	-	-
Total do Não Circulante	-	1.891.419	1.617.248
TOTAL DO ATIVO	<u>-</u>	7.964.114	3.977.798



Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais R\$

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores de bens e serviços		450.457	117.751
Obrigações com empregados	10	41.405	93.692
Arrendamentos	14	90.000	90.000
Encargos sociais	11	34.474	40.648
Obrigações tributárias	12	11.873	4.959
Outras obrigações	13	14.546	13.093
Recursos de projetos em execução	15	698.721	1.442.184
Total do Passivo Circulante		1.341.476	1.802.329
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	14	270.000	270.000
Total do Passivo Não Circulante	-	270.000	270.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		6.352.638	1.905.470
Total do Patrimônio Líquido	_	6.352.638	1.905.470
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	_	7.964.114	3.977.798



Demonstrações do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais R\$

RECEITAS OPERACIONAIS Com restrição	Nota explicativa	2024	2023
Convênios Governamentais	17	1.504.817	833.827
Patrocínio não governamental	17	143.623	92.103
Patrocinio Pessoa Jurídica		40.000	139.931
	_	1.688.440	1.065.861
Sem restrição	_	-	
Doações Brigada alto Pantanal	18	721.380	174.818
Doação PF Brigada alto Pantanal		71.022	-
Receitas Eventuais		200	-
Doações Preservação Serra do Amolar	19	74.500	-
Serviços prestados		1.128.030	1.178.707
Termo de parceria – Instituto Acaia	17	120.000	114.400
Doações de pessoas jurídicas		633.327	974.893
Doações de pessoas físicas		576.517	453.276
Receitas de TCRAE	20	-	150.000
Receitas financeiras		121.608	84.844
Receitas Programa Amolar Experience	21	130.622	301.560
Outras receitas		-	4.520
Trabalho voluntário	23	17.000	198.000
Receita de Crédito de Carbono	27	5.567.793	1.030.200
	-	9.161.999	4.665.218
Outras receitas operacionais – sem restrição	_	112.517	28.404
Doações de imobilizado	_	-	-
Outras receitas		362	10.154
Receitas de aluguel		79.815	22.250
Alienação de Bens do Ativo não Circulante		23.183	-
Descontos Obtidos		22	-
Doação PJ		9.135	-
TOTAL DE RECEITAS		10.962.957	5.759.483
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			<u> </u>
Programas de Meio Ambiente		(4.544.094)	(3.803.865)
Custos e despesas operacionais	-	(4.527.094)	(3.605.865)
Trabalho voluntário	23	(17.000)	(198.000)
Resultado bruto	_	6.418.863	1.955.618
Despesas Operacionais e administrativas	_	(1.971.462)	(1.340.180)
Superávit (déficit) do período	-	4.447.399	615.205
Ajustes patrimoniais		<u> </u>	2.911
Resultado abrangente	_	4.447.399	618.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais R\$

	Patrimônio Social	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (Déficit) do exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.287.354			1.287.354
Ajustes patrimoniais	-	-	2.911	2.911
Déficit do período	-	-	615.205	615.205
Transferência do superávit	618.116	-	(618.116)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.905.470			1.905.470
Equiparação de saldos ao balanço contábil	(1.424.041)	1.423.810		(231)
Superávit do período	-	-	4.447.399	4.447.399
Transferência do superávit	-	-		-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	481.429	1.423.810	4.447.399	6.352.638



Demonstrações do Fluxos de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais – R\$

·	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	4.447.399	615.205
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	165.793	202.083
Doações de investimento – ativo imobilizado		-
Ajustes patrimoniais	-	2.911
Redução (aumento) do ativo		
Créditos a receber	(249.039)	(73.338)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores de bens e serviços	372.274	(37.361)
Obrigações com empregados	(52.286)	(4.772)
Encargos sociais	(6.174)	(124)
Obrigações tributárias	6.913	(809)
Outras obrigações	1.453	(1.028.037)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	4.686.333	(324.242)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	(439.964)	(289.004)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(439.964)	(289.004)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento (redução) de recursos de projetos a executar	(783.263)	335.668
Aumento (redução) de financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(783.263)	335.668
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	3.463.106	(277 578)
Aumento (uminuição) no caixa e equivalentes	3.403.100	(277.578)
Caixa e equivalentes no início do período	2.223.705	2.501.283
Caixa e equivalentes no fim do período	5.686.811	2.223.706
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	3.463.106	(277.578)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em Reais R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Homem Pantaneiro é uma entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na cidade de Corumbá / MS, tem prazo de duração indeterminado e abrangência nacional.

O Instituto tem por finalidade:

- a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionadas com educação, monitoramento, controle, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade segurança ambiental;
- b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionados com a educação, pesquisa, formação, treinamento e capacitação e recursos humanos na área ambiental;
- c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos, consultoria ambiental, avaliação, relatórios e impacto ambiental;
- d) Prestar serviços e consultorias a instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação, formação, treinamento capacitação, qualificação profissional, planejamento, execução de todas as atividades, organização e operacionalização de eventos relacionados com o meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 30 de abril de 2025.



3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.



Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. RESERVA OPERACIONAL - SEM RESTRIÇÃO

	2024	2023
Fundos de aplicações financeiras	3.506.651	680.733
TOTAL	3.506.651	680.733

Correspondem a recursos próprios do Instituto Homem Pantaneiro. Não estão empenhados e restritos a determinado projeto em execução, essas reservas podem ser utilizadas para aplicação geral no custeio da conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

5. RESERVA DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO

	2024	2023
Fundos de aplicações financeiras – Banco do Brasil	488.990	1.440.958
TOTAL	488.990	1.440.958



6. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE - SEM RESTRIÇÃO

	2024	2023
Aplicação Itaú - 29512-3 (Premium DI)	-	8.795
TOTAL	-	8.795

Correspondem a recursos próprios do Instituto Homem Pantaneiro. Não estão empenhados e restritos a determinado projeto em execução, essas reservas podem ser utilizadas para aplicação geral no custeio da conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

7. CRÉDITOS A RECEBER

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	218.770	60.726
Adiantamento de salários	2.500	10.752
Clientes	123.297	27.485
Empréstimos a Funcionários	4.650	-
Adiantamento de Viagem	-	35
FGTS a Recuperar	1.782	-
Estorno ou Devolução	34.884	-
TOTAL	385.884	136.844

8. IMOBILIZADO

			2024		2023
	Taxa Anual Depr.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Sem restrição					
Móveis e utensílios	10%	81.312	(37.481)	43.831	42.549
Máquinas e equipamentos	15%	326.040	(107.485)	218.555	164.120
Equipamentos de informática	20%	165.961	(102.467)	63.494	51.849
Terrenos	-	15.000	-	15.000	15.000
Embarcações	10%	793.439	(324.368)	469.071	373.576
Imóveis	4%	183.252	(62.306)	120.946	128.276
Veículos	20%	159.500	(78.797)	80.703	127.573
Material veterinário	10%	54.226	(13.789)	40.437	45.860
Subtotal Sem Restrição		1.778.730	(726.692)	1.052.037	948.802
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	10%	460.831	(73.338)	387.493	208.214
Equipamentos de informática	20%	97.973	(36.543)	61.430	65.474
Embarcações	10%	43.000	(12.542)	30.458	34.758
Imóveis - Arrendamento		360.000	-	360.000	360.000
Subtotal Com Restrição		961.804	(122.423)	839.381	668.446
TOTAL		2.740.534	849.115	1.891.419	1.617.248
					1.2



Movimentação do Imobilizado

	2023		20	024	
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Sem restrição					
Móveis e utensílios	42.548	8.862	-	(7.580)	43.831
Máquinas e equipamentos	164.120	81.296	-	(26.860)	218.555
Equipamentos de informática	51.849	41.493	-	(29.848)	63.494
Terrenos	15.000	-	-	-	15.000
Embarcações	373.576	164.100	-	(68.605)	469.071
Imóveis	128.276	-	-	(7.330)	120.496
Veículos	127.573	71.500	(149.476)	31.106	80.703
Material Veterinário	45.860	-	-	(5.423)	40.437
Subtotal Sem Restrição	948.802	367.251	(149.476)	(114.540)	1.052.037
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	208.214	209.231	-	(29.952)	387.493
Equipamentos de informática	65.474	12.959	-	(17.003)	61.430
Embarcações	34.758	-	-	(4.300)	30.458
Imóveis - Arrendamento	360.000	-	-	-	360.000
Subtotal Com Restrição	668.446	222.190	-	(51.255)	839.381
TOTAL	1.617.248	589.441	(149.476)	(165.795)	1.891.419

9. INTANGÍVEL

	Taxa Anual Amort.	Custo	2024 Amortização Acumulada	Imobilizado Líquido	2023 Imobilizado Líquido
Software Geo monitoramento Software - computadores	20% 20%	-	-	- -	-
TOTAL	- -				

10. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2024	2023
Salários a pagar	-	35.550
Provisão para férias	41.405	58.142
TOTAL	41.405	93.692



11. ENCARGOS SOCIAIS

	2024	2023
INSS a recolher	14.448	15.040
FGTS a recolher	5.720	5.099
PIS sobre folha de pagamento	413	878
Contribuição sindical	154	154
Provisão para encargos sociais sobre férias	13.739	19.477
TOTAL	34.474	40.648

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
IRRF a recolher – PF	3.242	3.459
IRRF a recolher – PJ	225	45
ISS a recolher	6.569	1.317
Outras obrigações	1.837	139
TOTAL	11.873	4.959

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Adiantamentos	9.992	9.992
Luz a pagar	3.040	2.913
Água a pagar	529	188
Telefone a pagar	984	-
TOTAL	14.546	13.093

14. ARRENDAMENTOS

Modalidade	Encargos Financeiros	Circulante		Não Circ	ulante
		<u>2024</u>	2023	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Arrendamento de imóveis	IGPM a.a.	90.000	90.000	270.000	270.000
TOTAL		90.000	90.000	270.000	270.000

Corresponde à arrendamento dos imóveis: Fazenda Acurizal, Fazenda Penha e Fazenda Rumo Oeste, de propriedade da ECOTRÓPICA – Fundação de Apoio a Vida nos Trópicos.



No período de 2020, houve um acordo entre IHP e Ecotrópica sobre não realizar o reajuste, com um período de carência de 5 anos, considerando o cenário financeiro da instituição, o alto custo do IGP-M para 2020 e o valor investido pelo IHP em proteção das áreas com relação aos incêndios florestais de 2020. O Advogado do IHP (Dr. Sebastião Rolon Neto) estava na época redigindo um aditivo ao contrato de arrendamento para formalizar a decisão. A Fundação Ecotrópica teve uma reformulação no Conselho, desta forma, o aditivo ainda não foi homologado.

15. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Recursos de aplicações restritas

Modalidade e Órgão	Responsabilidades Decorrentes	2024 R\$	2023 R\$
FUNBIO	O Projeto "Mitigação dos efeitos dos incêndios de 2020 e prevenção contra novos incêndios na Serra do Amolar, Pantanal", do IHP, foi aprovado no âmbito do Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre) através da Chamada de Projetos 01/2022 do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO. O objetivo do projeto é mitigar as ações dos incêndios de 2020 no território da Rede de Proteção de Conservação da Serra do Amolar (Pantanal), através da recuperação de uma área de lenta regeneração na RPPN Engenheiro Eliezer Batista, e da prevenção e manejo integrado do fogo em todo o território da Rede Amolar. O projeto teve início em janeiro de 2022 e terá duração de 18 meses.	221.175	-
ASSOCIAÇÃO BRAZIL FOUDATION	 Atualização da lista de espécies ocorrentes na Rede Amolar para preencher lacunas de conhecimento e priorizar ações para conservação dentro da área proposta; Relacionar as espécies da fauna mais suscetíveis às alterações ambientais, destacando as espécies constantes das listas oficiais de fauna ameaçada, as consideradas raras e as não descritas previamente para a área de estudo ou pela ciência; Determinar hotspots locais que concentram alta biodiversidade e presença de espécies bioindicadoras preestabelecidas; Listar as espécies de aves migratórias e apontar qual período de ocorrência na região; Fundamentar o ordenamento da pesca esportiva; Divulgar os dados e informações resultantes da atividade de monitoramento ambiental no PARNA Pantanal e áreas da Rede Amolar. 	6.533	1.056



16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

- (a) <u>Provável</u> a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) <u>Possível</u> a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Entidade não possui processos trabalhistas, Cíveis e Tributários envolvendo riscos de eventuais perdas, portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.



17. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

Convênios Governamentais - com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2024 R\$	2023 R\$
FUNLES - Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).	GEOPANTANAL: Ferramenta Tecnológica para Conservação.	- Executar o Plano de Trabalho; - Aplicar o recurso recebido para execução do projeto; - Manter a escrituração Contábil atualizada; - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas; - Observar as disposições do Decreto Estadual 14.494; - Possibilitar a fiscalização e supervisão pela Concedente; - Devolver os saldos remanescentes; - Prestar Contas dos recursos recebidos.	149.055	200.352
Pronac 191717 - Memorial do Homem Pantaneiro	PRONAC - Memorial do Homem Pantaneiro	Elaboração e Implantação do Memorial do Homem Pantaneiro.	1.066.975	200.352
FUNDTUR MS 33.900/2023			14.004	-
FUNBIO	O Projeto "Mitigação dos efeitos dos incêndios de 2020 e prevenção contra novos incêndios na Serra do Amolar, Pantanal", do IHP, foi aprovado no âmbito do Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre) através da Chamada de Projetos 01/2022 do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade — FUNBIO.	O objetivo do projeto é mitigar as ações dos incêndios de 2020 no território da Rede de Proteção de Conservação da Serra do Amolar (Pantanal), através da recuperação de uma área de lenta regeneração na RPPN Engenheiro Eliezer Batista, e da prevenção e manejo integrado do fogo em todo o território da Rede Amolar. O projeto teve início em janeiro de 2022 e terá duração de 18 meses.	274.783	633.475
	TOTAL		1.504.817	833.827



Termo de Parceria - Instituto Acaia - Sem Restrição

Entidade	Projeto / objeto da parceria	2024 R\$	2023 R\$
Instituto Acaia	Termo de parceria para ações de fiscalização e monitoramento nas áreas abrangidas pela RPCSA.	120.000	114.400
Т	OTAL	120.000	114.400

Patrocínio não governamental - Com Restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2024 R\$	2023 R\$
Brazil Foundation	Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: monitoramento ambiental como ferramenta para conservação	 Atualização da lista de espécies ocorrentes na Rede Amolar para preencher lacunas de conhecimento e priorizar ações para conservação dentro da área proposta; Relacionar as espécies da fauna mais suscetíveis às alterações ambientais, destacando as espécies constantes das listas oficiais de fauna ameaçada, as consideradas raras e as não descritas previamente para a área de estudo ou pela ciência; Determinar hotspots locais que concentram alta biodiversidade e presença de espécies bioindicadoras preestabelecidas; Listar as espécies de aves migratórias e apontar qual período de ocorrência na região; Fundamentar o ordenamento da pesca esportiva; Divulgar os dados e informações resultantes da atividade de monitoramento ambiental no PARNA Pantanal e áreas da Rede Amolar. 	143.623	92.103
	TOT	AL	143.623	92.103

18. DOAÇÕES BRIGADA ALTO PANTANAL

	2024	2023
Receitas de doações Brigada Alto Pantanal	721.380	174.818
TOTAL	721.380	174.818



A Brigada Alto Pantanal surgiu da necessidade de ações estratégicas para reduzir o impacto dos incêndios florestais, além de proteger a floresta, a vida e a propriedade das populações. Tem como objetivo:

- Implementar brigadas permanentes encarregadas de realizar atividades de prevenção e manejo integrado do fogo, além do combate direto, quando necessário, na região do Alto Pantanal;
- Minimizar as consequências dos incêndios florestais, evitando a perda de vidas, danos materiais, ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
- Desenvolver ações preventivas;
- Aprimorar as ações de atendimento aos incêndios florestais, à medida que são planejadas e divulgadas, com grande antecipação;
- Despertar os parceiros envolvidos nas atividades de preparação e treinamento das equipes envolvidas no desenvolvimento do plano; e
- Mitigar os impactos negativos para o equilíbrio do bioma Pantanal.

Para viabilizar o plano descrito, a administração do IHP possui uma brigada profissional com homens treinados, equipados e assalariados que irão patrulhar as regiões da Serra do Amolar, Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e Parque Estadual Encontro das Águas.

A Brigada Alto Pantanal e a equipe do IHP também trabalharam no combate aos incêndios e no monitoramento das áreas queimadas."

19. DOAÇÕES PRESERVAÇÃO SERRA DO AMOLAR

	2024	2023
Receitas de doações Preservação Serra do Amolar TOTAL	74.500 74.500	<u>-</u>
20. RECEITAS DE TCRAE		
	2024	2023
Receitas de TCRAE TOTAL	<u> </u>	150.000 150.000



<u>TCRAE – Títulos de Cotas de Reserva Legal Ambiental:</u>

A Resolução SEMAGRO 673 de 14 de março de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 22 de março de 2019, traz os regramentos para fazer a compensação de reserva legal em Mato Grosso do Sul. A Resolução altera o texto de outra normativa, publicada em 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS mais Sustentável.

Como forma de buscar sustentabilidade, o IHP operacionaliza os procedimentos legais cabíveis para cumprir os requisitos e utilizar recursos destinados pelo sistema de negociação de cotas de reserva - TCRAE.

21. RECEITAS PROGRAMA AMOLAR EXPERIENCE

	2024	2023
Receitas Programa Amolar Experience	130.622	301.560
TOTAL	130.622	301.560

O Instituto do Homem Pantaneiro entendendo o turismo como uma ferramenta que propicia a Conservação da Natureza, integra os aspectos da Sustentabilidade Ambiental, mantendo as bases Econômica, Social e Ambiental, simultaneamente fortalecidas, criou o Programa de turismo de experiência: Amolar Experience.

O programa tem o principal objetivo de promover e produzir de experiências turísticas inovadoras e sustentáveis na Serra do Amolar e seu entorno, utilizando as áreas e estruturas da RPPN Acurizal e a RPPN Eliezer Batista, ambos os núcleos ofertam unidades de hospedagem, acesso a trilhas, morros, mirantes, baías, corixos, e toda biodiversidade contida em suas áreas protegidas e plenamente conservadas.

Além da atuação nestas áreas, o Amolar Experience também possibilita experiências turísticas em outras unidades ambientais e em áreas naturais não declaras unidades de conservação, como por exemplo: visita ao PARNA — Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, experiência nas áreas que ocorrem as águas cristalinas do Pantanal, até as Comunidades locais: Amolar e Barra do São Lourenço.

Os investimentos gerados pelas experiências turísticas praticadas pelo Programa Amolar Experience, são revertidos para as atividades de proteção e conservação dessas áreas e para os agentes locais que participam das experiências produzidas pelo programa.



22. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. O Instituto Homem Pantaneiro possui duas fontes de receitas: doações e serviços prestados, sendo que as receitas auferidas dos serviços prestados, são utilizadas para custear a conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

23. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice "A" desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado de superávit e ou déficit. Portanto, não houve pagamentos aos voluntários, pois são serviços não remunerados conforme Lei do Serviço Voluntário.

24. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

2024	2023
526.221	153.801
315.733	55.368
548.147	35.456
71.259	9.848
328.888	45.454
1.790.248	299.927
	315.733 548.147 71.259 328.888

25. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não possui seguro predial, uma vez que a edificação que se encontra a sede administrativa da Instituição, é tombado pelo Patrimônio Histórico e as corretoras de seguros não realizam seguros em prédio com essa característica.

26. DIREITOS AQUISITIVOS DE PROPRIEDADES

Os imóveis rurais denominados Fazenda Morrinhos e Fazenda Novos Dourados, localizados no município de Corumbá – MS, onde existe a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Elieser Batista, foram adquiridos pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP, da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., por meio do Instrumento de Promessa de Compra e Venda, datado de 11.08.2014, aditado em 16.04.2015 (Fazenda Novos Dourados) e do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos, datado de 11.08.2014 (Fazenda Morrinhos), pelos valores de R\$ 2.089.418,90 e R\$ 310.581,11, que ainda não foram pagos pelo



vendedor ao adquirente, em razão da existência de condições estabelecidas nos instrumentos, que ainda não foram superadas.

As partes firmaram também um Contrato de Arrendamento, datado de 11.08.2014. O preço acordado pelo arrendamento, R\$ 600.000,00, foi pago por meio de compensação de créditos em aberto a favor do Instituto, originários do Termo de Parceria e Gestão, Manutenção e Execução de Programas de Conservação, celebrado em 01.01.2010 e aditado em 02.02.2011.

O Instituto Homem Pantaneiro cedeu 95% dos direitos que detinha sobre os imóveis acima mencionados, para um grupo de pessoas físicas, o que foi feito por meio do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos, datado de 10.12.2012, pelo preço de R\$ 368.815,07 (Faz. Morrinhos) e R\$ 2.481.184,93 (Faz. Novos Dourados), com o intuito de conciliar esforços para continuidade das atividades de preservação ambiental, projetos científicos e de educação ambiental desenvolvidos nos imóveis.

Não havendo mais interesse na parceria estabelecida entre o Instituto e o grupo de pessoas físicas, e no intuito de contribuir para a causa da preservação da Serra do Amolar, o pagamento de R\$ 350.000,00, recebido inicialmente pelo Instituto a título de sinal, pela celebração do instrumento de cessão acima mencionado, não foi devolvido. Referido valor foi recebido pelo Instituto em caráter de doação.

27. CRÉDITO DE CARBONO

O Projeto REDD+ Serra do Amolar emitiu, em abril de 2023, seus primeiros 235.181 VCUs (Verified Carbon Units). Desses, 60.000 VCUs retornaram ao Programa Conexão Jaguar, enquanto 175.181 VCUs ficaram sob responsabilidade do projeto. Em dezembro de 2022, foram vendidos antecipadamente 40.000 VCUs, destinando a receita à manutenção das atividades da Rede Amolar em 2023. No entanto, durante 2023, não houve novas vendas, permanecendo um saldo de 135.181 VCUs para comercialização em 2024. Nesse ano, foram vendidos 114.659 VCUs, cujas receitas também sustentaram as atividades da Rede Amolar.

No âmbito regulatório, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução nº 193 em 20 de outubro de 2023, que estabeleceu diretrizes para relatórios financeiros relacionados à sustentabilidade, baseados nos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB), segundo as normas IFRS S1 e S2. O Brasil foi pioneiro na adoção dessas normas a partir de 1º de novembro de 2023. Posteriormente, a Resolução CVM nº 219/2024 ajustou prazos para entrega desses relatórios e promoveu estudos sobre a harmonização das práticas brasileiras com as internacionais.

Além disso, a Lei nº 15.042/2024 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), criando um mercado regulado de carbono, com créditos de carbono (CBE) e certificados de redução ou remoção verificada de emissões (CRVE). O IHP (Instituto Homem



Pantaneiro) considera a lei benéfica, dado que segue metodologias internacionalmente reconhecidas, mas aguarda a instalação do SBCE para eventuais registros operacionais.

Em termos operacionais, nenhum procedimento foi implementado enquanto se aguarda a efetivação das normas do SBCE. Quanto à atualização das notas explicativas, foi feita uma menção à nova lei, ainda que esta não tenha impactado as operações de 2024, pois ainda não estava vigente naquele período.